

DESTAQUE 1

► Continuação da página 19

da Sabseg, da TrueClinic e da Real Vida neste projeto, o cartão “só faz sentido se as Misericórdias aderirem”, afirmou Manuel de Lemos. “Temos o dever de apoiar aqueles a quem o SNS não consegue chegar”, concluiu.

Para o presidente da Sabseg, que também marcou presença nesta sessão, as Misericórdias sempre tiveram no seu desígnio a assistência às populações e serão sempre o parceiro de referência no sistema de saúde português. “Ao contribuírmos para o setor social, por via de um serviço associado à saúde, a nossa responsabilidade aumenta, bem como o nosso orgulho”, afirmou Miguel Machado.

Para Miguel Gouveia, administrador da Trueclinic, a apresentação do cartão de saúde das Misericórdias é “um marco na história do sistema de saúde português.” Explicando aos presentes as características dos dois cartões, o responsável afirmou que não se trata de um cartão de descontos. “Queremos que as pessoas saibam exatamente aquilo que vão pagar, independentemente de onde estejam” e daí o desafio para uniformizar valores e criar assim uma tabela de caráter nacional.

Destacando não haver qualquer tipo de condicionalismo para utilização do cartão base, Miguel Gouveia afirmou que a questão do tempo de permanência na vertente com seguro foi sempre uma preocupação ao longo do processo de conceção desta nova oferta na área da saúde. “Sabemos que é um esforço grande para a seguradora” mas, face ao conhecimento das Misericórdias sobre questões relacionadas com a terceira idade, facilitar o acesso dos idosos a cuidados de saúde, com especial ênfase aos cuidados no domicílio, foi sempre uma questão incontornável. Ler também a entrevista na página ao lado.

Entre outras, as vantagens associadas ao cartão são o preço das consultas de atendimento permanente, que custará ao beneficiário apenas 20 euros, em qualquer prestador da rede, a possibilidade de requerer um médico ao domicílio, a possibilidade de obter uma segunda opinião médica sobre determinada doença ou patologia e o seguro de internamento até cinco mil euros, com subsídio diário de 25 euros por dia.

A criação de um cartão de saúde foi um dos temas a marcar o debate durante o último congresso nacional das Misericórdias, que teve lugar em Évora no ano passado. A determinação, entre outras ações, foi aprovada por unanimidade e aclamação no âmbito das conclusões daquele encontro magno de Santas Casas. Naquele documento, “todos os presentes se comprometem no empenho em ultrapassar os desafios da gestão sustentável com a implementação de uma gestão dinâmica, com o aumento da eficiência, cultura de proximidade com os profissionais e os utentes e ética nos procedimentos. A criação e promoção do cartão de saúde das Misericórdias deve ser vista como instrumento potenciador de diversificação das formas de financiamento da atividade que permitirá aos seus titulares tempos de espera mais reduzidos e a preços controlados no acesso aos cuidados de saúde”.



O cartão é uma iniciativa congregadora que pretende dar ainda mais força às Misericórdias

Humberto Carneiro
Grupo Misericórdias Saúde



Somos uma casa de solidariedade e a nossa caminhada não se faz a correr. Quem corre cansa-se com facilidade. Resiliência, determinação e vontade. Esse sim é o nosso caminho

Manuel de Lemos
Presidente da União das Misericórdias Portuguesas



O cartão de saúde das Misericórdias é um marco na história do sistema de saúde português

Miguel Gouveia
Administrador da Trueclinic



Ao contribuírmos para o setor social, por via de um serviço associado à saúde, a nossa responsabilidade aumenta, bem como o nosso orgulho

Miguel Machado
Presidente da Sabseg

Opinião



ANTÓNIO TAVARES
Provedor da Mis. do Porto
scmp@scmp.pt

Cartão de saúde: uma nova resposta das Misericórdias

As Misericórdias portuguesas estão no mundo da saúde, desde a sua fundação, no século XV. Com efeito, nas primeiras doações que receberam dos Reis de Portugal estavam as gafarias, as albergarias e os hospitais para o cumprimento da sua missão. Assim foi pelos séculos fora, garantindo às populações o tratamento singular que estas necessitavam.

Até a criação do Serviço Nacional de Saúde, após a instauração da democracia em 1974, foram as Misericórdias o único pilar em todo o território metropolitano dessa ação.

No Porto estendeu-se até 1959 quando o Estado abriu o Hospital de S. João. Até esse histórico momento, a Santa Casa da Misericórdia do Porto, com o Hospital Geral de Santo António, dava toda a assistência a que se juntavam os Hospitais de Conde de Ferreira e de Rodrigues Semide e ainda uma participação no ensino médico. Situação reconhecida, na atualidade, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto que a convidou para a sessão comemorativa do seu 190.º aniversário.

Ora este reconhecimento institucional, legítimo porque sentido pelas pessoas e pela comunidade, evidencia a capacidade das Misericórdias de Portugal de saberem continuar a servir o próximo no sentido mais nobre da sua expressão, apostando na melhoria do seu bem-estar, da otimização da sua qualidade de vida e contribuir para uma melhoria da sua esperança de vida dessas populações.

A sociedade portuguesa e o Estado sabem que as Misericórdias não são

instituições que procurem obter mais-valias financeiras da sua atividade, pela simples razão que não tendo a quem distribuir os eventuais pretensos lucros, optam por procurar obter resultados que permitam afirmar a sua sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

Esta diferença entre lucro e resultados torna-se fundamental, nos dias de hoje, onde um capitalismo sem fronteiras confunde, muitas vezes, realidades do setor privado com a vivência do setor social.

Os nossos “acionistas” são os pobres e é para eles, e com olhos neles, que, todos os dias, milhares de pessoas trabalham nas Misericórdias portuguesas num esforço coletivo que movimenta imensas famílias em regiões onde são, muitas vezes, os maiores empregadores onde a precariedade do trabalho não existe e a certeza de continuar a desenvolver uma economia social os motiva.

Num momento em que a União das Misericórdias Portuguesas lança o seu cartão de saúde, através do Grupo Misericórdias Saúde, damos um sinal claro aos portugueses que existe uma alternativa de financiamento que, cumprindo o espírito de serviço público, permite a cada português fazer escolhas no serviço de saúde que pretende.

As Misericórdias podem encontrar neste cartão de saúde uma dupla justificação para a sua missão. De um lado, consagrar o princípio de financiamento próprio que permite manter a sua independência perante terceiros. De outro lado, ir ao encontro de muitas populações esquecidas, porque longe dos grandes centros, vão procurar no hospital da Misericórdia, muitas vezes, a solução para as suas dificuldades.

Com o envelhecimento ativo que todos pretendemos, com uma alteração aos hábitos de vida, nomeadamente na alimentação, e com uma vigilância de proximidade em áreas que a atividade social das Misericórdias conhecem, será intuitiva a resposta que este novo instrumento poderá trazer para a sustentabilidade das nossas instituições.

O cartão de saúde das Misericórdias será essa nova resposta. Solidária e pronta para enfrentar os desafios do século XXI.

Afinal tem sido sempre assim, século através de século.

Os nossos “acionistas” são os pobres e é para eles, e com olhos neles, que, todos os dias, milhares de pessoas trabalham nas Misericórdias portuguesas num esforço coletivo que movimenta imensas famílias